

MARTE VIVA

Director : ANTÓNIO SANTOS

SEMANARIO

ANO IV — N.º 187 — Preço 6\$00 — 6/3/80

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7 MAR. 1980

COMEMORAR O 25 DE ABRIL, MAS SEM GASTAR UM TOSTÃO (Consente a AD)



Dia 29 — Sessão das moções. Nada menos que doze vindas de todos os lados. Em curta exposição, o Presidente da Câmara informou ter escolhido

Marçal Duarte para vereador a tempo inteiro. Mas não foi uma sessão para esquecer. Estão ali amigos e inimigos confessos do 25 de Abril. Estão em

confronto revanchistas do passado e democratas empenhados na defesa do regime democrático, no prosseguimento de Abril. A AD considera que as

comemorações do 25 de Abril não merecem uma despesa de dez contos. Veremos a resposta que o povo vai dar.

continua na página 5

TRABALHO:

— Congresso da C.G.T.P.

— Eleição nos Metalúrgicos

Página 4

Director dos Serviços Municipalizados

«Taxa de electricidade terá de aumentar»

Os Serviços Municipalizados de Espinho estão na ordem do dia. Devido a um conjunto de factos ligados à actividade normal que desenvolvem, pode dizer-se que são dos sectores camarários que mais vão atraindo

a atenção do público, bastando para justificar tal interesse o previsto aumento, já a partir de Março, das tarifas de electricidade, e o diferendo que está criado com cinco importantes empresas do concelho

que neste momento devem àqueles Serviços algo como 8.000 contos. Mas, para além disto, acaba de ser apresentado à Câmara o «Plano de Obras de Electricidade para 1980», enquanto nalguns sectores continuam as queixas em relação às alegadas deficiências dos Serviços.

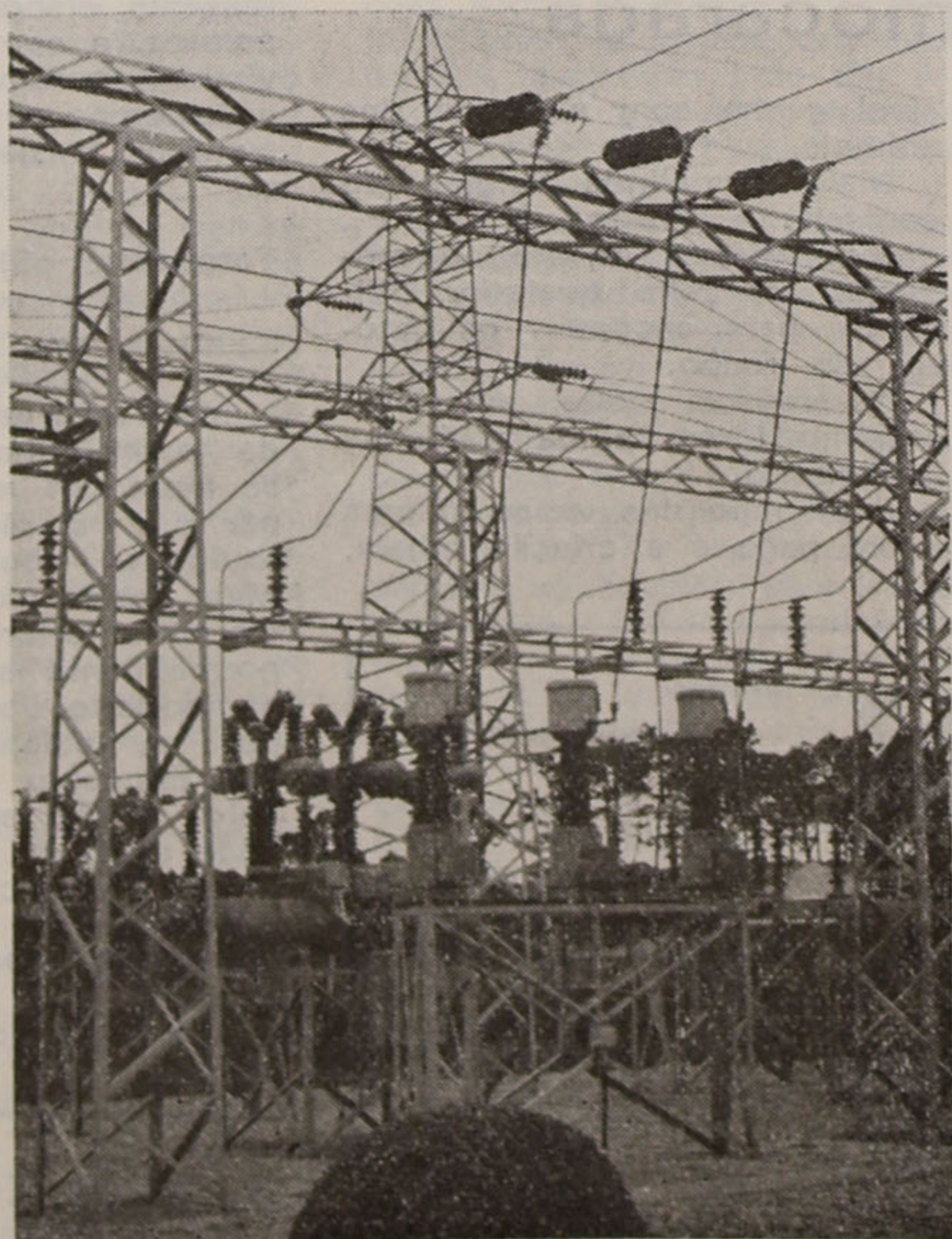
Tudo isto são razões mais que suficientes para justificar

o nosso desejo de esclarecer algumas situações e foi o que fizemos em entrevista que nos concedeu o Director-Delegado dos Serviços Municipalizados senhor Fonseca e Castro. Sabendo-se que em breve a Assembleia Municipal se irá pronunciar sobre o previsto aumento das tarifas, a primeira

continua na página 8

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Páginas 3 e 6



Electricidade chega cara e, muitas vezes, com deficiências. Irá o «Plano para 1980» alterar alguma coisa?

200.000 contos para defesa da costa ?

As obras de defesa da costa de Espinho poderão iniciar-se a curto prazo, segundo rumores que têm vindo a avolumar-se. Ao certo, sabe-se que o estudo feito por um Gabinete de Engenharia especializado na matéria irá ser analisado em breve no Laboratório de Engenharia Civil, podendo o caso de Espinho vir a ser considerado como uma experiência modelo para outras situações semelhantes o que, a confirmar-se, que-

rerá dizer que um elevado potencial técnico e económico seria centralizado para resolver definitivamente aquele que é, sem dúvida, um dos maiores problemas com que a cidade se debate desde há anos.

Afirma-se mesmo que uma verba de 200.000 contos estaria incluída no Orçamento Geral do Estado deste ano para a intervenção em Espinho, não se podendo todavia ainda ter

uma ideia precisa do conjunto total de dinheiro que uma obra desta envergadura exigirá. Conta-se que por todo o mês de Março haja uma decisão sobre o assunto, ainda que não esteja fora de hipótese o arrastar-se mais de um caso que o fascismo foi adiando com falinhas mansas e promessas mentirosas mas que com o 25 de Abril recebeu finalmente um impulso decisivo.

Na FEIRA

Vedação provoca conflito

A Câmara deliberou colocar uns mecos na feira de frutas e legumes (parte norte) com o intuito de assim evitar a entrada dos camiões para o recinto de vendas. A situação vinha-se repetindo ao longo dos anos sem que a Câmara se tivesse preocupado com o assunto e facilitando até a entrada dos veículos para efeitos de carga e descarga. Previa-se portanto que a reacção dos comerciantes não fosse a mais pacífica. Assim sucedeu. Não estiveram com meias medidas e pura e simplesmente arrancaram os mecos. Tal atitude obrigou a uma intervenção policial o que não resolveu a questão. Seria durante a semana que a dita vedação se recolocaria, com as possíveis e naturais consequências que de novo iria provocar. Mais uma vez as previsões bateram certo. Só que quando de manhã os vendedores lá chegaram já a polícia aí se encontrava, para proibir o estacionamento dos carros e indicar que o teriam de fazer na rua 24,

para norte da rua 19, local onde paravam os autocarros de carreira. Esta decisão encontrou o desacordo e descontentamento dos comerciantes e das vendedeiras que assim se viram obrigadas a ir buscar os produtos muito mais longe e tendo ainda que atravessar a rua 19 que, mormente à segunda-feira conhece grande movimentação automóvel. A resposta diferenciou-se em larga medida da dada na semana anterior, pois que não voltaram a arrancar os mecos. Organizaram-se, dirigiram-se à Câmara e fizeram uma espécie de «greve» simbólica até às onze da manhã, altura em que estacionaram os camiões mesmo na rua 19, o que impossibilitou o trânsito da via, tendo a polícia sido obrigada a fechá-la entre as ruas 24 e 26.

Um facto sem dúvida insólito e que adquire proporções não esperadas. Vamos lá ver o que para a semana acontecerá.

Calculadoras a voar

No passado fim-de-semana foi assaltada por meio de chave falsa a filial da Papelaria Atlântico Norte, sita na esquina das ruas 20 e 62. Depois de terem entrado no estabelecimento, os assaltantes tiveram tempo para fazerem mão baixa a máquinas de calcular no va-

lor de cerca de oitenta contos. O assalto só foi detectado na tarde de domingo quando um transeunte inadvertidamente se encostou à porta e esta se abriu facilmente.

Começo azarado de vida para uma casa que há dias tinha sido inaugurada.

Dia da Mulher comemorado

Comemora-se no próximo sábado mais um Dia Internacional da Mulher. O dia 8 de Março é unanimemente encarado por todas as forças progressistas do mundo como uma data simbólica da luta que é necessário ainda travar para que à mulher seja reconhecida uma participação de igual para igual com o homem na conquista de um futuro melhor para todos. Uma luta que não pode ser estranha ao próprio homem, também ele permanecendo, no essencial, numa situação de ser explorado e alienado, fazendo muitas vezes recair sobre a sua companheira as dificuldades da situação em que se encontra.

A propósito da data, o Movimento Democrático das Mulheres de Espinho realiza nesse mesmo dia, e no Salão da Piscina, uma Exposição de Artesanato feito pelas mulheres de Espinho, com início às 15,30 horas. À noite, pelas 21,30, haverá a passagem do filme «A Mulher e a Criança», no mesmo local.

MOÇÃO APROVADA

Em plenário de activistas do Movimento Democrático da Mulher, recentemente realizado em Aveiro, foi aprovada uma Moção em que as presentes decidiram:

1. — Propor às mulheres do Distrito de Aveiro — trabalhadoras, donas de casa, activistas sindicais e outras — que desenvolvam esforços visando a formação de um grande movimento de opinião que repudie os aumentos de preços através de moções de protesto, abaixo-assinados, sessões, colóquios, etc., culminando com a entrega de abaixo assinados no dia 8 de Março, nas várias Câmaras do Distrito de Aveiro.

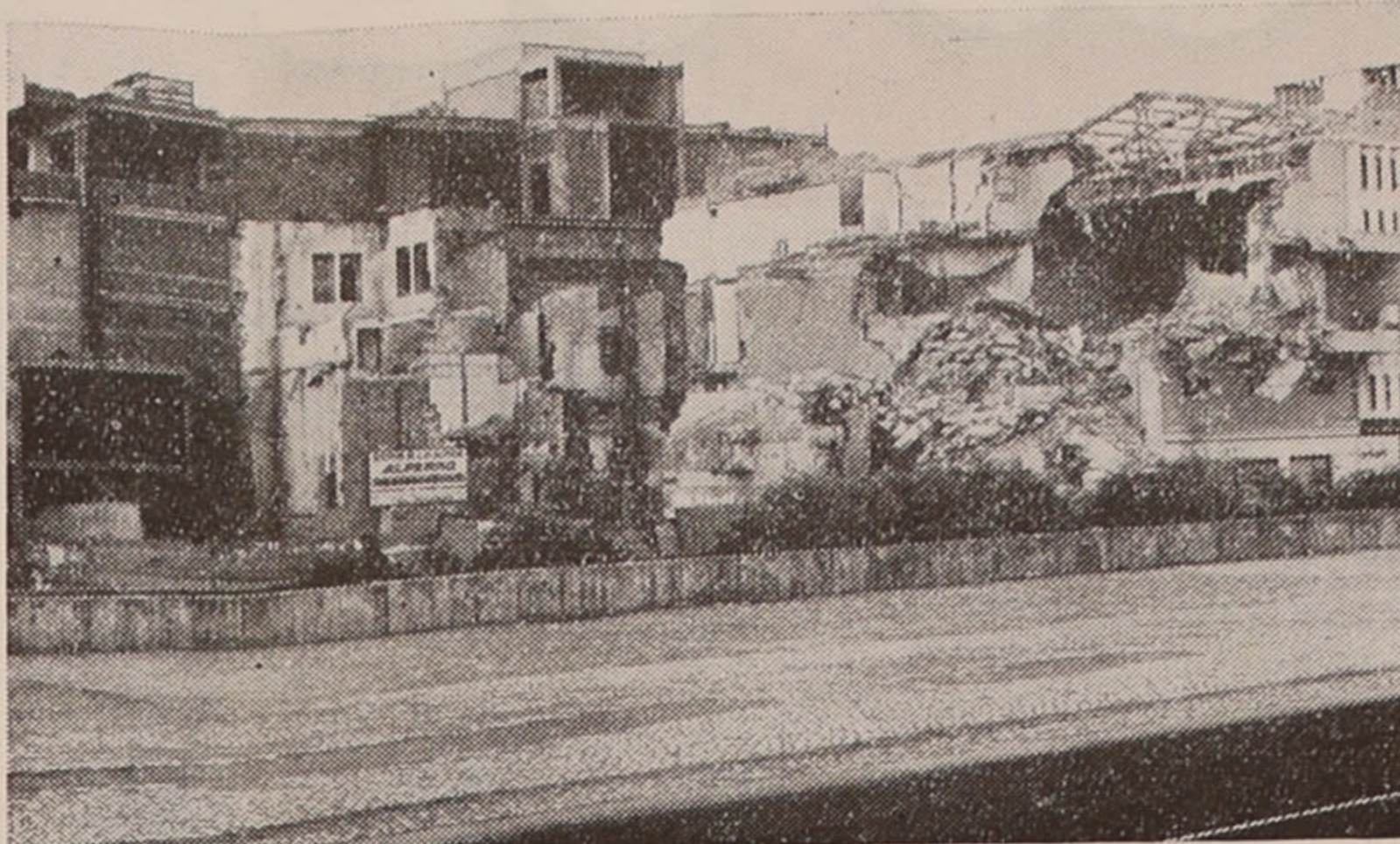
2. — Saudar o dia internacional da mulher, promovendo naquela data iniciativas de esclarecimento e de índole cultural.

3. — Saudar o Congresso dos Sindicatos e o Congresso do MDM como iniciativas de grande contribuição para a defesa dos interesses das mulheres trabalhadoras, e de ajuda ao desenvolvimento da consciência da mulher na defesa dos valores que lhe são queridos nomeadamente, e entre outros, a defesa da paz.

FARMÁCIAS

Quinta — Farmácia Teixeira — Rua 19 n.º 46 - Tel. 920352
Sexta — Farmácia Santos — Rua 19 n.º 263 - Tel. 920331
Sábado — Farmácia Paiva — Rua 19 n.º 319 - Tel. 920250
Domingo — Farmácia Higiene — Rua 19 n.º 393 - Tel. 920320
Segunda — Grande Farmácia — Rua 62 n.º 457 - Tel. 920092
Terça — Farmácia Teixeira — Rua 19 n.º 46 - Tel. 920352
Quarta — Farmácia Santos — Rua 19 n.º 263 - Tel. 920331

PARA A POSTERIDADE



Recolhida ainda há poucos dias para a posteridade, esta bela imagem da arquitectura do pós-guerra já não é agora mais do que isso mesmo: uma imagem. A realidade implacável das gruas e dos aríetes faz-se impor aos patrimoniais interesses da nossa cultura monumental e aos sentimentos estéticos do numeroso público que ali se posta, diariamente, impotente para suster este crime de lesa-arte.

«O Casino já não vai abaixo!», chegou a constar na cidade, falando-se à boca cheia duma intervenção providencial do Presidente da Câmara. Rebate falso. Era apenas uma pequena pausa necessária à transferência para o novo Casino «super-luxo» de dois metros de alcatifa rapada que ali tinha ficado esquecida.

Alguns dias depois a razão da força voltava a impor-se...

Trânsito proibido ?!

Parece que não...

Desde que começaram as obras de alargamento da ponte de Anta, o trânsito no sentido norte-sul da E. N. 109 passou a ser desviado pela nova variante 6/7. Para tal existem sinais indicativos assinalando que quem venha do Porto terá que virar à direita, ao chegar à Ponte de Anta, e seguir a nova via, recentemente aberta ao trânsito. Até aí, tudo certo e até mesmo uma solução a ser adoptada para os

tempos mais próximos.

Mas, acontece que diariamente, são vários os automobilistas que, vindo do Porto, ignoram, pura e simplesmente, o sinal de trânsito proibido e setas indicativas do sentido «Espinho-Aveiro», bem visíveis, seguindo em frente e descendo a rua 62 até à Avenida 24, podendo dar origem, a curto prazo, a acidentes graves.

Deixamos este caso à atenção da PSP.

Grande almoçarada

Um porco e uma cabra (no valor de 13 mil escudos) foram roubados na noite de 25 para 26 de Fevereiro, no Lugar de Barros, Silvalde.

Julga-se que os larápios terão morto o porco no local.

Este roubo fez grande desarranjo à família lesada, que composta de cinco pessoas e com um ordenado único de 8 mil escudos, se viu privada do pos-

sível ganho com a venda dos animais.

Maria Ermelinda Salgueiredo apresentou queixa na P.S.P., desconhecendo se até ao momento foi feita qualquer diligência para encontrar os autores do roubo.

Na mesma noite, em local próximo foram ainda roubadas 3 galinhas.

Em tempo das vacas magras quem paga é a criação alheia.

Mare Viva

Director:

ANTONIO SANTOS

Redacção:

RUA 62 N.º 251 - 1.º

TEL. 921621 — ESPINHO

Propriedade:

NASCENTE — COOPERATIVA DE ACCAO CULTURAL, S. C. R. L.

Fizeram este número:

António Santos, Joaquim Fidalgo, Morais Gaió, Luis Costa, Nuno Barbosa e Victor Sousa (redactores); Ana Maria, Augusto Mota, Daniel Dias, Eugénio Morais e Nunes Carneiro (colaboradores de redacção).

Composição e impressão:

TIPOGRAFIA MENESES — COOPERATIVA GRAFICA DE ESPINHO, S. C. R. L.
RUA 14 N.º 903 — TELEF. 921016

CINEMA

Quinta-feira, 6

CADÁVERES INCÓMODOS

M/ 13 anos

Várias personalidades de determinado sector político são alvo de atentados e assassinios. Aqui a investigação policial começa a actuar e apercebe-se da dimensão do caso o que muitos incómodos vem causar...

Francesco Rosi é autor deste excelente filme, do qual acima revelamos uma curta sinopse, e onde Lino Ventura desempenha notavelmente a figura central. Para nos pouparmos a outros encómios, apenas dizemos ser um trabalho excepcional, e por isso, obrigatório ver.

Sexta-feira, 7

O CIRCO

M/ 6 anos

Neste dia, a atenção da generalidade das pessoas está virada para outro acontecimento, mas os cinéfilos de Espinho amantes do inefável Charlie Chaplin certamente não deixarão passar em branco esta assinalável aparição de um dos seus mais extraordinários filmes. Realizado em 1927, em vésperas de surgir o sonoro, Charlot diverte-nos ainda hoje de alegria até às lágrimas, através da sua incomparável diversão e ao mesmo tempo pelo sentimento que nos arrebatava. Portanto, quem ama o cinema, não pode ficar indiferente. Hoje é dia de festival...

Sábado, 8

DESTINOS CRUZADOS

M/ 13 anos

Depois de dois dias a apresentar elevado nível de qualidade, a programação, para recuperar a sua habitual média, teria de incluir uma fita indiana. Não fosse o publico habituado-se...

Domingo, 9

FUGA PARA ATENAS

M/ 13 anos

De quando em vez, os estúdios lembram-se de incluir na sua produção películas de acção de guerra, para as quais se inspiram em supostos acontecimentos da última guerra. É George Cosmatos, realizador grego já com alguma nomeada internacional, que no seu território natal dirige um interessante elenco de conhecidos actores, e com o qual tem em vista proporcionar um aceitável passatempo para o público consumidor e não muito exigente.

Terça-feira, 11

A VIRGEM

M/ 18 anos

Mais uma vez a velha história da jovem filha de família que se mete por maus atalhos que por sua vez são explorados por fotógrafo pouco escrupuloso. Mas nestas coisas como nunca pode faltar o bom da fita, normalmente simpático e bem comportado, se encarrega de pôr as coisas como devem ser. Enquanto a questão se resolve e não se resolve, o pagode aproveita para ir mironando aquelas «cenaças» que explicam porquê e para quê tudo isto é feito. Depois disto, toda a gente fica mais reconfortada com o «moral» da história.

ASSINE O
Maré Viva

LOUROSA A MULHER NA SOCIEDADE DE HOJE

PARAMOS

Junta cessante quer via pacífica

As mulheres representam mais de 50 por cento da população portuguesa mas nem isso leva uma sociedade organizada segundo os pontos de vista dominantes do homem a encarar decisivamente em moldes novos o papel que cabe aquela que é a sua companheira de todas as horas. Uma companheira subalternizada em muitos aspectos, pese embora o importante papel que desem-

penha a vários níveis. Sobre esta questão geral e aspectos particulares de que se reveste se falou recentemente em Lourosa, num encontro promovido pela JOC local e que contou com a presença de Fina D'Armada, Manuela Monteiro e M.ª Irene Mota do Vale, tendo cada uma delas abordado juntamente com os muitos jovens presentes este tema sempre delicado e actual.

A maioria em último lugar...

Fina D'Armada fez uma introdução sobre a «evolução da mulher na sociedade de hoje». As mulheres são maioria na sociedade e este assunto fica sempre em último lugar nas agendas dos partidos e nunca se lá chega. Mas na verdade, as mulheres são muitas para serem ignoradas.

Fazer a história desta questão que vem de longe não é igual para todos pois a história faz-se mais segundo o regime político que vigora do que segundo a verdade. Por exemplo, é frequente afirmar-se que desde tempos remotos a mulher já era doméstica, enquanto o ho-

mem ia para as caçadas. Fina D'Armada mostrou que isto não é verdade, exemplificando com a projecção de diapositivos que apresentavam pinturas de há 15 mil anos, onde se vê a mulher em caçadas e outras actividades. O contexto era diferente, pois a família como a temos não existia. As pessoas viviam em grupos e a sexualidade fazia-se com espontaneidade, sendo os filhos acolhidos por todos. Houve tempo em que as mulheres dirigiam a sociedade, mas isso não significava domínio sobre o homem. Mais tarde surge a revolta dos sexos e o homem passa a dominar,

reivindicando a posse dos filhos. A mulher passou para 2.º lugar e o sexo masculino começou a ter mais direitos, até nas heranças. Ainda hoje no mundo muçulmano isso acontece. Nalguns desses países, segundo a lei até 1976, o homem é que administrava os bens do casal e a mulher tinha que ter autorização do marido para sair do País e para levar os filhos.

Fina D'Armada terminou este ponto, que teve um desenvolvimento interessante, com a afirmação: «só uma pessoa frustrada é que se quer sentir superior a outra».

A mulher no trabalho

Foi a vez da Dr.ª Manuela Monteiro, que desde logo chamou a atenção para um significativo lugar comum:

Os homens costumam referir-se à mulher que trabalha em casa dizendo «a minha mulher não faz nada». Para os homens para esta sociedade, o trabalho doméstico não é trabalho. No entanto, está mais que provado que ele é extraordinariamente cansativo e saturante. Desde fins do século passado que por razões de aceleração do pro-

cesso de desenvolvimento económico a mulher foi chamada a participar no trabalho fora de casa. A partir daí passou a ser duplamente explorada com dois trabalhos.

Se verificarmos uma saída da fábrica vemos as mulheres a correr, enquanto o homem fica com os amigos a conversar calmamente. Quando chega a casa é para jantar sem quaisquer preocupações com a casa ou com os filhos. E muitas mulheres aceitam isto tudo como na-

tural.

É bom as mulheres irem para a fábrica para descobrirem como estão a ser exploradas. É que também na fábrica a mulher é discriminada: faz trabalhos que os homens não aceitam fazer, ganha menos, ainda que dispenda mais esforço; em caso de crise as mulheres são as primeiras a serem despedidas; poucas vão ao sindicato por falta de possibilidade e às vezes até no voto seguem o marido sem consciência crítica.

Aborto e planeamento familiar

A Maria Irene Mota (enfermeira da Saúde Pública) falou sobre o planeamento familiar e contou histórias passadas na Trofa, onde esteve a trabalhar. Aí as mulheres iam às escondidas ao Centro de Saúde para fazer planeamento, trazendo a roupa lavada num saco para vestir perto do Centro, com medo do padre que as denunciava ou do marido que as proibia. Havia maridos que vinham perguntar se a mulher lá tinha ido porque o padre dizia que isso era sinal de infidelidade. A mulher que se avenha com os filhos. O homem nada tem a ver com isso. Procura nela o prazer, mais nada. O número de filhos é para muitos o «calhar» ou «foi Deus que quis». O planeamento só existe onde há informação quanto mais informação houver

e possibilidade de o fazer com segurança mais o aborto diminui.

Depois de algumas informações sobre «Planeamento Familiar», tema já tratado em duas sessões anteriores pelo Dr. Albino Aroso e outros médicos e enfermeiras, passou-se ao diálogo.

O aborto foi uma das questões quentes do debate: — É crime ou não, a partir de que mês se pode considerar o feto como um ser vivo, em que condições pode ser feito?

Em Portugal há 180 mil abortos por ano e morrem duas mil mulheres por deficiente assistência. As mulheres que chegam ao hospital para serem socorridas são pessimamente recebidas e o panorama à volta da forma como se fazem abortos é terrível, mesmo indescritível. Como é proibido, muitas mulheres metem-se nas mãos de habilidosas e sofrem terrivelmente ou morrem mesmo.

Por estas e outras razões o aborto não é uma questão teórica para se andar a fazer lindas discussões. Ele é um facto e é terrível para a mulher. Não para o homem que gosta de ter opiniões e dar ordens, mesmo que sejam os homens da igreja, que estão muito longe dos problemas reais e dramáticos que se vivem.

O caso da transmissão de poderes na Junta de Freguesia de Paramos continua por solucionar, devido fundamentalmente à posição de incompressível intransigência da nova Junta, e disso demos conta no número anterior. Entretanto, os elementos da Junta cessante (João Baptista, Américo Gonçalves e Manuel Costa Lemos) continuam dispostos a encontrar uma solução pela via do diálogo e sem ser preciso chamar à liça pessoas e entidades estranhas à freguesia.

Foi precisamente destes últimos que recebemos duas cartas, uma dando o seu ponto de vista quanto à situação actual daquele problema e uma outra, em que são dadas a conhecer as principais realizações da Junta no período do seu mandato de 1977 a 79. Quanto a esta última trata-se de um documento bastante extenso em que são dadas a conhecer cerca de duas dezenas de realizações e que por isso não nos é possível aqui reproduzir. No entanto, é pertinente aqui sa-

liantar a reconstrução, alargamento ou asfaltamento de cerca de uma dezena das estradas mais importantes de Paramos, o controle de águas pluviais, importantes beneficiações na electrificação de várias zonas da freguesia, incluindo o cemitério, e a renovação dos postos de transformação (em alguns casos já autorizados, mas ainda por realizar por parte dos S.M.E.), e ainda a aquisição de terrenos para construção, casos do terreno da Quinta e do terreno da Lomba para alojamento de moradores do Bairro da Pinha em prefabricados.

Quanto à outra carta, aqui passamos a transcrever, não sem antes referirmos que juntamente com ela nos foram enviadas fotocópias de recibos das despesas efectuadas em Janeiro de 80, totalizando cerca de 513 mil escudos, bem como a carta enviada à actual Junta propondo a resolução do problema da transferência de poderes e de dinheiros nos moldes que há dois números de mos conhecimento e que entretanto a actual Junta ignorou.

Para conhecimento e elucidação do público, muito especialmente do público Paramense, sobre o caso da transferência de poderes da Junta cessante para a nova Junta de Freguesia de Paramos e ainda em virtude de:

1.º — Ter sido a respectiva reunião da Juntas de Freguesia para a dita transferência de poderes transformada numa autêntica batalha psicológica, na qual tomou parte activa um numeroso grupo de partidários da nova Junta A.D., inclusivamente o actual Ex.º Senhor Presidente da Câmara Municipal que a certa altura advertiu muito seriamente: — «senhor Batista o senhor está a brincar mas NÓS não viemos aqui para brincar, o senhor cometeu graves irregularidades, o senhor tenha cuidado, o senhor resolva o seu problema...»

2.º — Terem os jornais de Espinho, Maré Viva e Defesa de Espinho, de 14 e 15 do corrente, respectivamente, afirmado, na transcrição das deliberações da Câmara Municipal, que as Juntas de Freguesia de Silvalde e Paramos pediram um adiantamento de Esc., 500.000\$00 (quinhentos contos) para cobrir os débitos deixados pelas Juntas cessantes, o

que, relativamente a Paramos não corresponde à verdade, pois a Junta cessante de Paramos até teve o cuidado de deixar o saldo suficiente para que a nova Junta pudesse pagar os ordenados aos seus empregados até ao mês de Junho próximo, inclusivé, a fim de lhes dar tempo para que possa receber os seus subsídios;

3.º — Continuar a guerra psicológica, alimentada por adeptos fanáticos da A.D., pauperrimamente esclarecidos ou de má fé;

Solicitamos a V. Ex.ª a publicação desta e da Carta que em 30 de Janeiro enviamos à nova Junta de Freguesia acompanhada da relação dos recibos em nosso poder e da qual ainda não obtivemos qualquer resposta. Esclarecemos ainda que continuamos a aguardar uma resposta à nossa carta sempre animados das melhores boas vontades e boa fé, a fim de arrmarmos esta lamentável complicação o mais rapidamente possível, salvaguardando, evidentemente, a nossa honestidade e a nossa dignidade.

João Baptista Dias da Costa
Américo Pinto Gonçalves
Manuel Joaquim da Costa Lemos

ASSEMBLEIA DA BANDA

Realizou-se no dia 2 uma Assembleia Geral da Banda União Musical Paramense, onde foram aprovados os relatórios e contas, e eleitos novos cor-

pos gerentes. Por falta de espaço, só no próximo número poderemos apresentar o respectivo relato.

OLEIROS JUNTA

CONTRA REFORMADOS

Segundo fontes bem colocadas, Maré Viva soube que a actual Junta de Freguesia de S. Paio de Oleiros proibiu uma reunião dum movimento de Reformados desta localidade, a realizar numa sala da Junta.

A razão invocada seria que nessa sala funcionam aulas da Telescola, assim como, a Biblioteca Pública.

Resta acrescentar que nessa mesma sala foram copiados ilegalmente, por elementos afectos à AD, nas anteriores eleições, os ficheiros do Recenseamento Eleitoral. É caso para dizer: Até parece mentira. Ou será que a Junta tem alguma coisa contra a Terceira Idade?

Moreira da Costa

CIRURGIA GERAL
E VASCULAR

Rua 20 n.º 520 - 1.º
Telef. 921014
ESPINHO

Eleições nos Metalúrgicos de Aveiro

«Lista A» é a lista dos Metalúrgicos

«A lista dos Metalúrgicos de Aveiro, pela Unidade e Organização, com os Trabalhadores defensor Abril» é a sigla da lista A, concorrente às eleições para os Corpos Gerentes

do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, a realizar no próximo dia 14. Não obstante haver uma segunda lista candidata, de intenções pouco claras, tudo indica que a lista A reco-

lherá a confiança dos trabalhadores, dado o facto de nela estarem estar consubstanciado o prestígio que a classe conseguiu grangear no seio do movimento sindical unitário.

Sobre estas eleições e sobre o programa da acção da lista A, nomeadamente, falaram-nos os candidatos José Ferreira Mendes (para o lugar de presidente), Fernando Fernandes, Mário Gomes Vaz e Maria do Céu Ferreira, que começaram por se referir à constituição da sua lista:

«O nosso colectivo tem por base 12 elementos dos actuais Corpos Gerentes, a que se juntam 18 novos elementos que têm vindo a dar provas de capacidade e determinação na defesa dos interesses dos metalúrgicos. Com estes novos elementos, onde se contam duas mulheres e vários jovens, pretende-se encarar frentes de luta até aqui delimitadas, como é o caso da juventude e das mulheres, e dar ainda uma cobertura regional eficiente, para o que contamos com trabalhadores de praticamente todas as zonas do distrito com forte implantação metalúrgica. Em todos os elementos da lista A é conhecida a sua actividade sin-

dical, quer em comissões de trabalhadores, quer como delegados sindicais na luta dentro das empresas, quer ainda na dinamização das grandes acções de massa, como o 1.º de Maio, o 25 de Abril, o Congresso dos Metalúrgicos, a Conferência Nacional de Organização, etc.

Uma das nossas propostas é a continuação do trabalho feito até agora que garantiu a reformulação total do sindicato ao nível da organização interna até à organização sindical, que foram muito estimuladas. Propomos-nos garantir a progressão na organização sindical, reforçando o contacto com os trabalhadores, com uma ligação permanente, encarando privilegiadamente sectores como o das mulheres, (onde há ainda falta de sindicalização, de actividade sindical) e da juventude, onde os problemas mais prementes são o desemprego, os contratos a prazo e outros ataques aos seus direitos, visando ao mesmo tempo aproveitar o seu poder criador e imaginativo, organizando as comissões de juventude, que até no campo do desporto e da cultura têm um papel importante a desempenhar.»



Os elementos da lista A estiveram em todas as organizações de massa dos trabalhadores metalúrgicos

«É preciso criar condições para que o Sindicato dê respostas rápidas a todos os problemas»

Feitas estas considerações gerais, foi altura de se abordar, ponto a ponto, o Programa de Acção.

«A Unidade dos trabalhadores é um ponto fundamental, dentro do qual nos propomos combater o divisionismo e aprofundar a prática da democracia sindical. No campo da Organização, a nossa preocupação será dar maior eficiência às delegações,

pois a diversidade geográfica do distrito assim o exige para que possa haver uma resposta rápida sempre que um problema surja numa empresa. Tudo isto assentará na realização frequente de plenários de empresas, de delegados sindicais (e foram já bastantes nos últimos dois anos) e na realização de assembleias descentralizadas em vez da Assembleia Geral

tradicional. cremos que isto será determinante no caso específico da contratação colectiva para o que propomos que a informação seja melhorada e que se realizem plenários de empresa e assembleias só para tratar deste problema.

Continuaremos o trabalho já feito pela Verticalização, pois é reconhecido que havendo «uma empresa, um só sindicato» se assegura uma defesa eficaz dos interesses dos trabalhadores. No campo da Higiene e Segurança, as condições inacreditáveis em que trabalham muitos metalúrgicos impõem a

formação de Comissões de Higiene e Segurança, a criação de delegados à Previdência, com vista a que encontrem soluções para esta situação.

A Informação é um aspecto a que daremos grande atenção, criando uma informação de trabalhadores para os trabalhadores, que se oponha à intoxicação que a direita faz nos órgãos de comunicação de que se apropriou. Quanto à Formação Sindical deve ser desenvolvida com vista à criação de bons quadros capazes de responderem aos tempos difíceis que se avizinham.»

«Defender a negociação de cadernos reivindicativos com as empresas que possam pagar além do C. C. T. V.»

A defesa das condições de vida e trabalho tem, na perspectiva da lista A, de passar por dois aspectos fundamentais: a liberdade sindical e a contratação colectiva.

«A liberdade sindical, em particular a acção dos delegados sindicais dentro das empresas, é um aspecto fundamental, pois dela depende a eficiência de um sindicato. A par disto, será a luta por cada vez melhores CCTV's a melhor resposta ao custo de vida e à crise económica, muitas vezes agravada artificialmente para cortar o poder reivindicativo dos trabalhadores. Neste último aspecto, e sabendo-se que algumas empresas optam pelo pagamento de salários superior-

res aos dos CCTV, com o fim de desmobilizar os trabalhadores, iremos defender a negociação de cadernos reivindicativos com essas empresas que melhor podem pagar, reivindicando uma percentagem sobre o contrato. Deixarão de ser as empresas a tomar a iniciativa, serão os trabalhadores a fazê-lo, e impedir-se-á que surjam situações em que haja quatro ou mais salários diferentes para trabalhadores que exercem a mesma actividade dentro da mesma empresa. A questão dos contratos a prazo também nos preocupa e é bastante delicada. Julgamos que a revogação pura e simples da legislação poderia ser até contraproducente, para além de ser extremamente difícil de conseguir

e que a nossa luta, para além de outros aspectos a ponderar, deverá ser orientada para o combate aos abusos praticados em muitas empresas, nomeadamente no que respeita à continuação do regime de contrato a prazo para além do que a lei permite.

Quanto aos reformados, pensamos que foi feito um excelente trabalho, sobretudo na região da Vila da Feira, e que se impõe dar continuidade e reforçar esse trabalho no sentido da organização dos reformados na luta por melhores pensões, melhores condições de vida, e na ocupação dos seus tempos livres, criando, se possível, centros de convívio.

A defesa de Abril, das suas conquistas, está naturalmente nos propósitos da lista A. A Constituição aparece como o garante dos princípios, direitos e liberdades do povo português e, em particular, da liberdade sindical. Entretanto, outro princípio fundamental orienta a Lis-

ta dos Metalúrgicos: a defesa e integração no movimento sindical, aspecto em que os Corpos Gerentes actuais tiveram um papel determinante, com uma intervenção directa e coerente no seio da Federação dos Metalúrgicos e, através desta, na C.G.T.P./Intersindical.

A terminar este depoimento os candidatos pela Lista A pronunciaram-se sobre a campanha eleitoral e as perspectivas dela decorrentes:

«A campanha eleitoral tem-se traduzido na confirmação da íntima ligação da Lista dos Metalúrgicos com os trabalhadores e as suas aspirações e essa será a razão principal pela qual a nossa candidatura virá a recolher a confiança dos metalúrgicos de Aveiro, como garantia que é da melhor gestão do Sindicato, da ligação íntima com as organizações de todo e qualquer trabalhador, onde quer que esteja, da defesa dos direitos e liberdades alcançadas.»

A Greve do Pão

Cá não se deu por nada. A anunciada greve da Panificação, motivada por desacordo entre sindicatos e entidades patronais em relação a novas tabelas salariais, não se verificou em qualquer ponto do distrito. Um distrito de características muito peculiares já que o grosso das padarias funciona, ainda, em regime familiar. Assim os grandes centros, como Espinho, temiam ver a greve furada pela invasão de pequeníssimos industriais dos arredores que não deixariam de cozer, quaisquer que fossem as circunstâncias, vindo até cá vender o seu pão. E seriam apenas os patrões locais a terem prejuízo? Ou não apanhariam os trabalhadores com as seqüências, por tabela?

Mas o que se pode perguntar é como ficou tudo? O Contrato Colectivo, em vigor desde 1978, vai ficar inalterável? O pão sobe, os lucros é claro que não descem, os salários ficam na mesma, isto é, mingam. O consumidor vê um produto de primeiríssima necessidade de mais caro, os trabalhadores do ramo vêem os salários insuficientes perante o nível do custo de vida. E as entidades patronais?

Certamente que a greve seria pouco eficaz, dadas as tais circunstâncias, mas o problema fica por resolver? O Sindicato fica à espera que lá por Lisboa resolvam o assunto?

Por cá, nada de novo, tal como em qualquer outro dia, tivemos o pão do costume.

«A Greve do Sono»

A UGT, que a gente pensava ser alérgica a greves e amiga da concórdia, saiu da casca. E de que maneiral Não contente em apoiar a greve dos Rodoviários, já marcada para o dia 4, das 0 às 24 h., resolveu ir mais além e defender a continuação da greve por mais 4 horas, ou seja, até às 4 da manhã do dia 5.

Parecendo tratar-se de horas impróprias para se lutar, um observador mais atento não poderá porém de dar o devido valor a esta inovação criadora. Assim, a greve ilegal, a greve legal, a greve política, a greve da fome, a greve selvagem e a greve de zelo, a UGT vem juntar um novo tipo de greve: a «greve do sono». E a táctica é terrivelmente simples: apanhar os patrões a dormir... e os trabalhadores também. O sucesso é garantido.

Talho e Charcutaria CENTRAL

Servir bem — Boas carnes
Rua 15 n.º 268 - ESPINHO

STAND SERZEDENSE

António Martins da Silva
Assistência Total
Agente: SACHS SIS — EFS
Tel. 9620675 — SERZEDO
V. N. DE GAIA

 **Pá velha**
Confeitaria
Especialidades Regionais — Pastelaria sempre fresca
Angulo das ruas 23 e 20 - Tel. 922514 - ESPINHO

Uma casa especializada em flos de tricot e Industrials
Boalã
Rua 14 n.º 647 Telef. 922191 ESPINHO
(entre as Ruas 21 e 23)
Descontos especiais para tricoteiras

Assembleia

continuação da página 1

PRESIDENTE DA A. M. NÃO GOSTA DA CONSTITUIÇÃO

O único voto contra uma moção do PS, apoiada pela APU, de congratulação pela passagem de mais um aniversário no próximo dia 2 de Abril da promulgação da Constituição da República, veio do Presidente da A. M., do CDS, com a abstenção da AD. Ave-lino Zenha não percebeu esta abstenção, lembrando que o líder número um do PSD, agora Primeiro-Ministro, a votou favoravelmente, tendo na altura até considerado a Constituição da República Portuguesa a mais social-democrata do mundo.

Por outro lado, porém, houve unanimidade para uma recomendação do PS ao executivo alertando para o problema da habitação e pedindo a sua intervenção junto do poder central, para que se construam mais casas no concelho.

Elementos da AD e APU apresentaram várias moções que por falta de tempo não viriam a ser discutidas, particularmente uma moção da APU de protesto contra o aumento do custo de vida, pelo cumprimento integral da lei de finanças locais e da AD focando problemas de Silvalde. Enfim, foi um mar de moções, não esquecendo de Vicente Pinto diz já ter preparadas 30 de uma só assentada, em relação à freguesia de Anta.

O POVO NÃO DEIXARÁ DE COMEMORAR O 25 DE ABRIL

Esta a certeza que ficou de uma discussão por vezes acesa.

PS e APU propõem a formação de uma comissão para preparar com dignidade as comemorações do 25 de Abril. Pedem o apoio da Câmara e que sejam autorizados os gastos necessários, aliás considerados ínfimos (uma dezena de contos se tanto). Muita gente se pronunciou.

RAMIRO (AD) — «Só concordo em parte com esta proposta. O concelho precisa de obras muito urgentes e não concordo que se gaste dinheiro no 25 de Abril.»

VICENTE (AD) — «Eu estou disposto a fazer parte dessa Comissão, como já fiz nos anos anteriores. E lembro que as organizações culturais participaram gratuitamente, caso da Nascente, das Bandas, etc.»

J. CARVALHO (APU) — «Pôr aqui um problema de verbas, que serão tão pequenas, é pelo menos zelo excessivo. Lembro que a função de uma Câmara não é só fazer obras.»

ALVARO (AD) — «Não me sinto animado para festejar o 25 de Abril. Ele trouxe uma descolonização vergonhosa, por isso votarei contra.»

RAMIRO (AD) — «Quería dizer que o povo de Angola não é livre. Eu sei. Eu estive lá, nunca escravizei ninguém. A liberdade foi imposta pelas armas, nunca houve um referendo, Portugal não deu a liberdade a Angola. Deu-lhe uma mordada.»

J. CARVALHO (APU) — «Protesto contra as últimas intervenções. Estamos a esquecer os milhares de estropiados e de mortos entre a juventude Portuguesa e Angolana. só para permitir a exploração por meia dúzia de monopolistas. Além disso Angola é hoje um País independente, um Estado soberano, e estão-se aqui a querer fazer ingerências descabidas. Angola, com o MPLA é um País livre, por muito que custe a certas pessoas.»

ANTENOR PEREIRA (PS) — «Parece que se estão a esque-

Como tem sido amplamente divulgado, realiza-se em Lisboa, de hoje até domingo, o III Congresso da Confederação-Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional que constituirá o epílogo de um largo período de debate das tarefas que agora se põem ao movimento sindical, efectuado no seio dos trabalhadores, e que se traduzirá certamente numa etapa importante no esforço de unidade dos trabalhadores portugueses, agora, mais do que nunca, necessária.

A exemplo do que vem acontecendo em todo o país, também em Espinho a preparação do Congresso mobilizou muitos trabalhadores, quer na discussão das teses elaboradas pela CNOC (Comissão Nacional Organizadora do Congresso),

III Congresso da CGTP-IN
ABERTO A TODOS OS SINDICATOS



FORTALECER A UNIDADE E A ORGANIZAÇÃO
PROSSEGUIR ABRIL

LISBOA 6/7/8 E 9 DE MARÇO DE 1980

cer que se aqui estamos o devemos ao 25 de Abril. Para o PS, o 25 de Abril significa a liberdade. Seremos livres é também darmos a liberdade aos outros.»

Entretanto, Ricardo Catarino (AD) solicitou a votação do proposta por alíneas, o que foi aceite. E, alínea após alínea, a AD iria abster-se sempre dando assim sinal claro da forma como entende o significado do 25 de Abril.

Já ia adiantada a hora e os apartes sucediam-se. A Assembleia viria a concordar em associar-se com júbilo às Comemorações, a constituir uma comissão para o feito, a convidar as forças políticas e o executivo a apoiarem, a distribuir um comunicado à Imprensa e Juntas de Freguesia, a dar um cunho popular às comemorações. MAS DINHEIRO NÃO. Assim quis a AD. Vinte votos contra dezoito. Desta vez não ficaram pela abstenção.

«É lamentável a falta de coragem e a ambiguidade em homens que tão depressa esquecem as promessas de liberdade para o Povo, como ficou patente nesta votação» (Antenor Pereira).

«Estou convencido que não é por esta Assembleia negar este apoio material às comemorações que o Povo de Espinho deixará de comemorar esta data que é muito querida da maioria dos munícipes» (J. Carvalho).

«ESTÃO CRIADAS AS CONDIÇÕES PARA FAZER BOM TRABALHO»

Meia noite. Ia falar o Presidente. Silêncio absoluto. Saudou a Assembleia que considerou ter maturidade, ainda que tenha notado falta de traquejo em alguns elementos.

«Pois a Câmara Municipal

tem vindo a estudar dossiers antigos e ver o que está emperrado, bem como tem dedicado a sua atenção ao Plano de Actividades. A nível do executivo estão criadas as condições para bom trabalho. Há uma grande dedicação de todos os elementos. O nosso maior problema é a habitação. Conseguimos desbloquear o concurso da Ponte de Anta, ainda que tenhamos problemas com infraestruturas, já resolvidas provisoriamente. Quería fazer uma proposta a esta Assembleia para a entrada em funções de um vereador a tempo inteiro, o que aliás já vai acontecendo desde 5 de Janeiro. E é tudo. Fico à vossa disposição para as perguntas que quiserem fazer.»

E mais não disse José Fonseca. A pergunta do vogal Vicente prestou esclarecimentos sobre os acontecimentos da Junta de Paramos, tendo ocasião para afirmar que quem precisa de credenciais para representar a Câmara são os vereadores e não o Presidente. O que não pode fazer sozinho é tomar deliberações. Não se considera um Presidente de Gabinete, mas o desejo de querer atender toda a gente tem-no impedido de sair.

A pedido de Alberto Alves esclareceu que o vereador a tempo inteiro é o Sr. Marçal Duarte. A APU consideraria tal proposta ilegal por estar fora da ordem de trabalhos e Madureira Gil achou estranho que o Presidente se sentisse tão assobrado de serviço quando acumula com o pelouro do Turismo que bem poderia ter delegado. José Fonseca reconheceu a muita competência e capacidade do anterior presidente (Artur Bártolo) mas que necessitava de um vereador, pois gostava de atender bem as pessoas o que lhe rouba muito tempo.

continua na página 8

quer na eleição dos delegados à reunião de Lisboa. Assim, contam-se por cerca de quatro dezenas os trabalhadores espinhenses que participam nos trabalhos do Congresso.

Julgamos, entretanto, que será de interesse analisar com atenção, ainda que sumariamente, os projectos enviados a todas as associações sindicais (filiadas ou não na C.G.T.P./IN) para discussão e apresentação de propostas de alteração. Os documentos-projecto sujeitos a debate são os Estatutos, o Programa de Acção e o Caderno Reivindicativo, que se crê, no fundamental, venham a reger a organização e a orientar a acção do movimento sindical unitário durante os próximos anos.

C. - III CONGRESSO

OS DOCUMENTOS QUE HOJE COMEÇAM A SER DISCUTIDOS

OS ESTATUTOS

No anteprojecto em análise são considerados como *principios fundamentais* a liberdade sindical, a unidade, a democracia sindical, a independência em relação a qualquer organização de natureza não sindical e a solidariedade entre todos os trabalhadores na luta pelo fim da exploração do homem pelo homem.

O art.º 6.º consagra-se o exercício da democracia sindical na orgânica e vida interna de toda a estrutura da C.G.T.P./IN, baseada no direito de participação na actividade sindical, na eleição e destituição dos dirigentes e na expressão livre de todos os pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores, devendo, após a discussão a minoria aceitar a decisão da maioria. Entretanto, no parágrafo 3 do mesmo artigo, precisa-se que a liberdade e democracia sindicais não devem ser confundidas com a liberdade de conduzir os trabalhadores para o divisionismo, pelo que não são autorizados quaisquer grupos organizados no seio da C.G.T.P.

Depois de apontar que «a resolução dos problemas dos trabalhadores exige o fim da exploração capitalista e da dominação imperialista» (art.º 8.º) e de anunciar os objectivos da C.G.T.P. (luta pela emancipação dos trabalhadores e construção da sociedade sem classes, solidariedade entre todos os trabalhadores do mundo, entre outros — art.º 9.º), o projecto indica como associações sindicais que constituem a C.G.T.P. os sindicatos, as federações e as uniões.

Quanto ao sindicato, defende-se que a sua organização deve assentar nas empresas, nas suas comissões sindicais e intersindicais, de modo a que seja garantida uma estrutura descentralizada e participada. Como já vem acontecendo, as Federações são associações sindicais de tipo vertical, agrupando os sindicatos de acordo com o sector de actividade, e as uniões são associações também intermédias, mas do tipo horizontal, reunindo sindicatos de uma mesma área geográfica.

Os artigos seguintes contemplam os direitos e deveres dos associados (os sindicatos), bem como os trâmites da sua filiação na C.G.T.P., após o que são definidos os órgãos desta central sindical: o Congresso, o Plenário, o Conselho Geral, o Secretariado Nacional e a Comissão Executiva.

No Congresso, órgão máximo deliberativo, têm representação os sindicatos filiados, de acordo com o seu número de sócios, os sindicatos não filiados, no caso do Plenário an-

terior assim o definir, e ainda as Uniões e Federações, mas estas sem direito a voto. É este órgão que elegê o Secretariado Nacional e que define as grandes linhas de orientação da C.G.T.P..

O Plenário reúne os mesmos órgãos, entre os Congressos, e tem por objectivo fundamental acompanhar a aplicação prática das deliberações do Congresso. O Conselho Geral, formado pelas Uniões, Federações e Secretariado Nacional, deve reunir duas vezes por ano, apreciar as contas e orçamento, e tem funções eminentemente consultivas.

Quanto ao Secretariado Nacional caberá a direcção e coordenação das actividades da C.G.T.P. e propõe-se que passe a ter 30 membros efectivos e 10 suplentes. Finalmente, a Comissão Executiva, formada por 9 elementos do Secretariado, terá como função coordenar a actividade deste último, bem como executar as suas deliberações.

O PROGRAMA DE ACÇÃO

O projecto do Programa de Acção é bastante extenso e contempla a intervenção do movimento sindical em todos os sectores que digam respeito aos trabalhadores. Pela «Defesa do Regime Democrático» é a primeira rubrica, estando aqui abrangidas a defesa da Constituição, das Conquistas da Revolução (nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário, nomeadamente) e dos Direitos e Liberdades Fundamentais. Em «Unidade dos Trabalhadores-Unidade Sindical» a UGT é referida como a mais recente tentativa de divisão do movimento sindical e afirma-se que há condições objectivas para manter a unidade dos trabalhadores portugueses. «Pelo Desenvolvimento Económico — Pelo Direito ao Trabalho» é a rubrica que se segue e nela se contesta a política de recessão preconizada pelo FMI e defende-se uma nova estrutura económica assente nas nacionalizações, no controlo de gestão e num planeamento económico feito em consonância com o direito ao trabalho e com participação do movimento sindical no Conselho Nacional do Plano. Neste ponto é referido o facto de a emigração não dever ser encarada como uma solução para os problemas económicos e que aos emigrantes portugueses deverão ser assegurados os mesmos direitos dos nacionais do país onde se encontram.

No capítulo «Defesa das Condições de Vida e Trabalho» aborda-se a contratação colec-

continua na página 8

8 DE MARÇO - DIA DA MULHER

CALÇADA DE CARRICHE

Luísa sobe,
sobe a calçada,
sobe e não pode
que vai cansada.
Sobe, Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Saiu de casa
de madrugada;
regressa a casa
é já noite fechada.
Na mão grosseira,
de pele queimada,
leva a lancheira
desengonçada.
Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Luísa é nova,
desenxovalhada,
tem perna gorda,
bem torneada.
Ferve-lhe o sangue
de afogueada;
saltam-lhe os peitos
na caminhada.
Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Passam magalas,
rapaziada,
apalpam-lhe as coxas,
não dá por nada.
Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Chegou a casa
não disse nada.
Pegou na filha,
deu-lhe a mamada;
bebeu da sopa
numa golada;
lavou a loiça,
varreu a escada;
deu jeito à casa
desarranjada;
coseu a roupa
já remendada;
despiu-se à pressa,
desinteressada;
caiu na cama
de uma assentada;
chegou o homem,

viu-a deitada;
serviu-se dela,
não deu por nada.
Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

Na manhã débil,
sem alvorada,
salta da cama,
desembestada;
puxa da filha,
dá-lhe a mamada;
veste-se à pressa,
desengonçada;
anda, ciranda,
desaustada;
range o soalho
a cada passada;
salta para a rua,
corre açodada,
galga o passeio,
desce a calçada,
chega à oficina
à hora marcada,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
toca a sineta
na hora aprazada,
corre à cantina,
volta à toada,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
puxa que puxa,
larga que larga,
Regressa a casa
é já noite fechada.
Luísa arqueja
pela calçada.
Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada,
sobe que sobe,
sobe a calçada,
sobe que sobe,
sobe a calçada,
Anda Luísa,
Luísa sobe,
sobe que sobe,
sobe a calçada.

(António Gedeão)

Duas recomendações entre muitas outras possíveis

Vivemos (entre 1976 e 1985) a *Década das Nações Unidas para a Mulher*. No âmbito desta iniciativa, tem sido levadas a cabo um grande conjunto de realizações em todo o mundo, no sentido de promover a libertação plena das mulheres, considerando-as membros de pleno direito na sociedade. De facto, muito há ainda para caminhar.

Se, no nosso país, o 25 de Abril acarretou importantes transformações no plano legal, que concederam à mulher um estatuto de grande

igualdade (na família, no trabalho, na justiça), a verdade é que ainda falta muita coisa. A inferiorização da mulher em relação ao homem tem raízes muito profundas, que chegam até às nossas mentalidades e modos de pensar, não se resolvendo apenas com a alteração de certas normas jurídicas.

Aqui deixamos, como exemplo, duas recomendações que a Comissão da Condição Feminina fez em tempos, chamando a atenção para aspectos mais «camuflados» da condição da mulher.

1. Sobre os manuais escolares

Partindo de vários considerandos (ao Estado compete modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho; o ensino contribuiu grandemente para a socialização das crianças, reforçando ou combatendo os preconceitos com base no sexo; os manuais escolares têm grande importância na fixação de estereótipos), a Comissão da Condição Feminina recomenda:

a) Que nos manuais escolares se tome em atenção a importância dos títulos e das ilustrações, nunca sobrevalorizando um ou outro sexo;

b) Que a representação da família respeite o princípio de que o casal tem iguais direitos e responsabilidades na educação dos filhos;

c) Que na representação do trabalho profissional seja respeitado o princípio da igualdade de acesso e de escolha de

profissão, devendo ser evitado tudo o que possa criar expectativas desiguais em função do sexo e uma subalternização profissional da mulher;

d) Que os manuais escolares possam servir de pontos de apoio para uma análise dos factores susceptíveis de contribuir para uma mudança de atitude em relação à sociedade e aos novos papéis que as mulheres e homens aí terão de assumir.

2. Sobre a publicidade

Começando por afirmar que no nosso país a imagem tem sido abusiva e sistematicamente utilizada na publicidade, nomeadamente de produtos e serviços, sendo aí ofendidos com frequência os princípios básicos de dignidade e de valor social, a Comissão propõe que seja feita uma regulamentação da actividade publicitária. Nesta deverão ser observados alguns princípios, de que se destacam os seguintes:

a) Toda e qualquer actividade publicitária deverá ter em linha de conta o respeito pela dignidade da mulher, enquanto

pessoa humana, e a não discriminação contra a mulher.

b) O respeito pela dignidade da mulher implica:

— a rejeição de qualquer tipo de publicidade que implique ou contenha difamação, descrédito, nota de desprezo ou ridículo, que afecte directa ou indirectamente a mulher;

— a não utilização abusiva da imagem da mulher na publicidade de produtos de que não é a exclusiva consumidora;

— a não utilização da mulher como objecto publicitário, por vezes até para produtos ou serviços sem qualquer rela-

ção com a imagem da mulher apresentada.

c) A não-discriminação contra a mulher implica:

— que as ofertas de emprego refiram a natureza e as exigências do trabalho e nunca o sexo candidato requerido;

— que qualquer tipo de publicidade não transmita ou sugira uma ideia de inferioridade em relação ao homem;

— que qualquer tipo de publicidade não reduza sistematicamente a mulher ao seu papel tradicional de doméstica, nem o sobrevalorize relativamente a quaisquer outras funções ou aspirações.

LUSITÂNIA

Março / 80

T'ARRENEGO (II)...

Parece que este sub-título do «Lusitânia» se irá repetir semanalmente. Desta vez, mais uma, o MNE do chefe Amaral achou que que dois era pouco e vai daí... recusa 40 (quarenta) vistos de entrada a outros tantos turistas soviéticos que tencionavam visitar Portugal. Não sei porquê, mas tenho um palpite que, à maneira dos nossos tempos de juventude em que trocávamos bichinhos da «Vitória» ou jo-

gadores de futebol «Águia», o chefe Amaral deve querer trocar os vistos dos 40 turistas da URSS por outros tantos turistas da África do Sul. Sinal dos tempos.

PRA VARIAR, OU
TALVEZ NÃO...

Já era sabido, na Lusitânia, que os deputados AD tinham hábitos de morcego. A noite era deles, e o habitat nocturno desses «representantes do povo» era composto por bares, pubs, boites, etc. et. até altas horas. Subitamente, na semana passada, resolveram mudar de poiso. Sim! Porque a repetição de hábitos também cansa... Assim, após reunião entre os «centristas, social-democratas monárquicos e o apêndice reformador» resolveram passar uma noite em amena charla, em local diferente. Após longo

conciliábulo o sítio escolhido foi a A.R. Data - 26 para 27 de Fevereiro. Duração total da «sessão» 16 horas. Quando ela acabou já o galo tinha recolhido os aplausos da sua cantoria diária. Eles, os noctívagos da AD, estavam, mais uma vez, «orgulhosamente só». Vícios que se repetem...

SALVÉ 7/3/80!

RTPzinha:

Colhes hoje mais uma rosa no jardim da tua vida. Mais um aninho passou durante o qual nos brindastes com a tua companhia diária, cheia de bons programinhos e informações muito correctas. Ao entras em mais um ano de vida, um grupo de telespectadores vem, por intermédio do «Lusitânia», desejar-te mil venturas, boas cores e... vergonha no cinescópio.

VIVA!

Quem assistiu na passada semana no Canal 2 às «Imagens da década» ficou com uma imagem nos olhos: o actual 1.º ministro com os dedos em V, a gritar «viva o socialismo!» na célebre manifestação do «é só fumaça!» nos finais de 1975. Decerto foi ilusão de óptica, mas que teve piada teve...

SNACK - BAR

PRÍNCIPE

RESTAURANTE

Rua 14 n.º 473 (âng. Rua 15)
Telef. 922247 — ESPINHO

CASA LUISA NOGUEIRA

João César da Costa

Depósito de Frutas — Vendas por junto e a retalho

Rua 16 n.º 750 ESPINHO Telef. 920304

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

continuação da página 1

questão teria que recair precisamente sobre a razão de ser deste novo aumento, escassos três meses passados desde o anterior, que se verificou em Dezembro. As razões, por mais simples ou complexas que possam ser, resumem-se, no essencial, a uma situação clara e sem fuga possível: a EDP, empresa que vende a electricidade aos Serviços, vai aumentar os preços e por isso foi já publicada uma portaria que vai actualizar os preços junto do consumidor. É o que nos explica o director dos Serviços:

ELECTRICIDADE SOBE PARA 2\$80

«De facto houve um aumento em Maio de 1978, a que se seguiu o tal aumento de 25 por cento em Dezembro de 79. E agora aparece nova portaria que deve entrar em vigor na primeira leitura de Março e que vai trazer um aumento de 18 por cento. Mas, na prática, o aumento vai ser maior, porque haverá um adicional para o fuelóleo. Isto quer dizer que a tarifa actual, que é de 2\$15 vai passar para cerca de 2\$80. Devo, aliás, dizer que até há tempos erámos consultados sobre o estabelecimento de novas tarifas, mas agora não: a EDP passa a cobrar segundo novos preços e nós temos que acompanhar sob pena de ficarmos em dívida. Por isso me parece que a Assembleia Municipal não terá grande possibilidade de interferir.»

Neste momento há já uma dívida à EDP de alguns milhares de contos, mas nada que se compare com outras Câmaras que, por não terem aceite novos preços, caso da Câmara do Porto, se vêem agora numa situação difícil. Todavia, este «negócio» da venda de electricidade tem sempre tendência a ser deficitário, precisamente porque o preço que as Câmaras cobram aos consumidores não chega para cobrir a despesa efectuada. Daí que haja quem pergunte se não deveria ser criado um fundo de apoio a este bem de consumo, a exemplo do que se verifica com outros. Em Espinho, o preço médio de compra da electricidade à EDP é sensivelmente o mesmo do preço de venda ao consumidor.

Quanto ao plano de obras de electricidade para 80, pode dizer-se que ele anda intimamente ligado ao plano de actividades da Câmara, porque as obras que esta constrói necessitam, logicamente, da montagem de electricidade. Assim, o ano passado registou no concelho grandes obras ligadas à construção do complexo habitacional da Ponte de Anta, e que importaram em mais de 4.000 contos. Para este ano é ainda no domínio da habitação que as maiores obras vão ser efectuadas, neste caso em ligação com a construção das casas da Marinha. Estas obras são, em geral, de administração directa, construídas pelos próprios Serviços Municipalizados, o que permite economias apreciáveis. Ainda no plano de actividades para este ano, destaque para a iluminação pública da estrada de acesso ao Viaduto sobre a via férrea e para a construção de vários postos de transformação.

«Para várias dessas obras temos já o material adjudicado e devem começar a ser instaladas em breve. Já no mês de Março espero que seja possível lançar a obra de iluminação da rua 37 entre o Infantário e

o Hospital. Nalguns casos vamos optar pelos cabos aéreos em vez de subterrâneos, o que nos permite uma economia apreciável.»

«REDE ELÉCTRICA É MUITO BOA»

Segundo dados disponíveis, o consumo de energia em Espinho tem aumentado constantemente, tendo passado de 25 milhões de quilowates em 1975 para 35 milhões no ano passado, um aumento portanto superior a 38 por cento. Este facto, que tem como causas mais importantes o aumento da procura de energia por parte de unidades industriais, bem como a subida do nível de vida verificada depois do 25 de Abril, com as pessoas a reivindicar direito a mais comodidades no lar, ao que se deve ainda acrescentar o aumento da população do concelho, tem como contrapartida a necessidade da ampliação de infraestruturas para manutenção técnica e economia de distribuição. Daí que no plano de obras esteja prevista a construção de vários postos de transformação.

Mas uma dúvida que se levanta é se a rede eléctrica estará em condições de funcionar convenientemente. Quanto a este ponto o Director dos Serviços não tem dúvidas em considerar a rede actual como «muitíssimo boa». Tudo o que construímos agora é subterrâneo. Quanto à parte mais antiga vamos substituindo dentro do possível. E uma prova evidente da boa qualidade da rede é o baixo índice de perdas de energia que tem vindo até a descer e que no ano passado pouco passou dos seis por cento, o que é excelente e invulgar. Não há dúvida de que é preciso renovar muita coisa, e é o que iremos fazendo por fases, mas temos razões para estar satisfeitos com a situação actual.»

AS DÍVIDAS DAS EMPRESAS

Questão sem dúvida polémica neste momento e que ainda recentemente abordámos é o caso das empresas que se têm recusado a proceder ao pagamento da electricidade que consomem ao preço actual, o que provoca já um montante total de dívidas da ordem dos oito mil contos. Sobre isso, é óbvio que, como nos diz o Director dos Serviços, «não era possível concordar com os in-



Serviços Municipalizados: Muito trabalho e alguns problemas constantes

industriais que pretendiam auto-rização para continuar a pagar a electricidade ao preço antigo. O que se fez foi dar conta dessa pretensão à Direcção de Fiscalização Eléctrica do Norte e entrou-se num compasso de espera. Certo é que o que diz na lei é que se o consumidor tiver qualquer reclamação a fazer deve, mesmo assim proceder ao pagamento respectivo e aguardar a resolução do seu caso. Recentemente foi-lhes feita uma nova chamada de atenção, podendo inclusivamente pensar-se em ir para o corte de energia, o que evidentemente será uma medida externa.»

A verdade é que essas empresas pagam neste momento menos de metade do que deviam pagar, elevando-se as dívidas totais a milhares de contos. Perante isto que há-de pensar o cidadão que de repente se vê com a electricidade cortada por uma dívida às vezes de centenas de escudos?

RAZÕES DE QUEIXA

Mas os problemas com que os Serviços Municipalizados deparam são de vária ordem. Constantes são, por exemplo, as queixas sobre a deficiente iluminação das vias públicas. Não deixando de reconhecer a razão de ser de algumas dessas queixas, o Director dos Serviços é de opinião que «Espinho se encontra relativamente bem iluminado, pelo menos bastante melhor de que outras cidades». A deficiente iluminação é sobretudo sentida nas freguesias e a esse respeito foi nos adiantado que há planos para substituir toda a iluminação com lâmpadas incandescentes que existem neste momento por lâmpadas a mercúrio, de maior duração e luminosidade.

Uma outra razão de queixa da população tem a ver com o facto de, muitas vezes, a corrente chegar às casas muito fraca, não permitindo a ligação simultânea de vários electrodomésticos. Segundo nos foi explicado, isso acontece sobretudo durante o inverno, nos dias de maior frio, e tem a ver com o consumo de electricidade muito elevado que se faz nessas

alturas. Os consumidores alteraram a sua potência de consumo interno sem comunicar ao Serviços, o que causa graves problemas, além de ir contra o contrato de fornecimento de energia. Mesmo assim, parece que em Espinho a situação não é das mais complicadas e no inverno que agora termina apenas por duas vezes houve interrupção de fornecimento de energia por essas razões. Nesse capítulo, parece que quem terá maiores razões de queixa são as freguesias, pensando-se na instalação de mais postos que evitem as quedas de tensão. Por outro lado, o que se passa muitas vezes é que é a própria instalação interior das casas que não se encontra no melhor estado, dando-se por vezes o caso de a electricidade ter uma tensão normal à entrada mas a instalação não suportar a potência da energia que entra.

A terminar este levantamento de questões ligadas à acção dos Serviços Municipalizados, não quisemos deixar de pôr ainda uma pergunta relativa a um assunto que preocupa muitas pessoas pela incidência que tem no concelho de Espinho: como agem aqueles Serviços perante pedidos de electrificação para casa construídas clandestinamente? A resposta tira-se imediatamente da leitura do decreto-lei que regulamenta o funcionamento dos Serviços de Electricidade e onde se pode ler: «Os edifícios de habitação novos não poderão ser ligadas à rede pública de electrificação se não possuírem a respectiva licença municipal de construção». Este regulamento entrou em vigor em 1976 e antes dele ser efectivo foram electrificados todos os casos pendentes. A partir daí tudo passou a ser regulado pelo referido decreto-lei.

Enfim, um mundo de problemas onde o desejo de bem servir nem sempre consegue levar a melhor. Mas muitas vezes é o esclarecimento de situações que contribui decisivamente para que algumas das dificuldades possam ser ultrapassadas. Esperamos que este curto trabalho seja um contributo nesse sentido.

continuação da página 5

tiva como tarefa central da actividade sindical, a actualização dos impostos sobre o rendimento de trabalho, a duração e horário de trabalho, a higiene e segurança, a saúde, a habitação, os transportes e os tempos livres. Em «Por um Movimento Sindical Unitário, Democrático, Independente de Massas e de Classe» definem-se as características do movimento sindical português e as tarefas a nível de organização (sindicatos, uniões, federações) para a concretização dos objectivos referidos. Destaque para a acção junto das zonas específicas de organização (mulheres, juventude, quadros técnicos e reformados). Quanto à informação e à a rubrica «Dimensão Internacional da Nossa Luta e da Nossa Acção» defende uma nova ordem económica internacional, com intervenção das organizações sindicais na crise criada pelas estruturas capitalistas. Neste capítulo, é de realçar o pedido de adesão da CGTP à Confederação Europeia dos Sindicatos.

CADERNO REIVINDICATIVO

«Os trabalhadores lutam» é frase que antecede cada um dos itens do projecto do Caderno Reivindicativo que vai ser apresentado ao Congresso e será em torno deste documento que se centrarão as relações do movimento sindical com os responsáveis pela política económica social e laboral do país. As rubricas «Salários, Preços e Impostos» e «Contratação Colectiva» têm em conta, no essencial, a defesa do poder de compra dos trabalhadores. Outros aspectos que são preocupações fundamentais são as «Condições Sociais de Vida» e o «Desemprego e Despedimentos». Com relação menos directa com as suas condições de vida, mas nem por isso menos importantes para que aqueles primeiros objectivos possam ser cumpridos, outros aspectos estão nas preocupações do movimento sindical: o Controlo Operário, o sector nacionalizado, o sector cooperativo, a Reforma Agrária, desenvolvimento económico e a defesa e garantia dos direitos constitucionais.

Concluída assim uma panorâmica breve sobre as teses que hoje mesmo começam a ser discutidas em Lisboa, resta-nos esperar pelas conclusões, para então podermos fazer uma avaliação final do rumo que prosseguirá o movimento sindical unitário, do seu papel na realidade actual portuguesa, e que será por certo o melhor caminho para os trabalhadores portugueses, ou não fossem eles mesmos a defini-lo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL APROVADO

Talvez que ninguém esperasse que a AD apresentasse já uma proposta para a sua composição. Do antecedente era habitual a formação de um grupo de trabalho para estudar o caso. Mas o certo é que a AD defendeu a sua proposta, que viu aprovada pela maioria de que disfruta. O futuro conselho Municipal de Espinho terá 16 elementos, a saber:

Um representante dos trabalhadores da C. M. e outro dos S.M.E.; dois das Associações Culturais e Recreativas; um dos Bombeiros; um da Assistência; um das Associações e Comissões de Moradores; um dos Estudantes; um das Comissões de

Pais; um dos Comerciantes; um dos Industriais; um de Sindicatos filiados da C.G.T.P. e outro da UGT; um representante dos professores e um da Acção Católica.

Os contemplados serão convidados a indicar os seus representantes. É assim, diria Madureira Gil: «Os elementos da AD quando em maioria não querem a discussão dos problemas, fogem à confrontação de ideias, apenas vingando os seus pontos de vista» — Quem não gostou desta intervenção foi o Presidente da Assembleia que alegou não ter culpa do Povo de Espinho ter dado maioria à AD.

O último ponto da O. T., sobre os quadros da Câmara e S. Municipalizados, ficou para melhor estudo por proposta da AD que considerou nem tudo

estar esclarecido, apesar do esforço do Chefe da Secretaria. Segundo apurámos, esta demora trará prejuízos aos trabalhadores municipais, pelo que será de desejar que o assunto volte já na próxima sessão.

Resta acrescentar que a A.M. estará representada na Assembleia Distrital pelo Presidente da Junta de Paramos, e dar ainda conta da boa disposição de Flávio Bastos, do PS, que

continuação da página 5

não tendo tido qualquer intervenção, ganhou nos «piropos» lançados, e que uma melhor distribuição do lugar da imprensa, nos permitiu registar.

Ah, e estamos em época de aumentos, não é? Pois fique sabendo que é muito provável que as tarifas da água e luz sejam assunto da próxima Assembleia. Esteja atento.



PORTE PAGO

A Biblioteca Gulbenkian
Rua 21 - ESPINHO